

Apresentação

Nesta edição de Cadernos de Educação, apresentamos um dossiê sobre “Políticas, Currículo e Trabalho Docente”, que reúne textos de pesquisadores do “Projeto de Intercâmbio e Pesquisa em Políticas de Currículo” — aprovado no âmbito do PROCAD/NF2009, um Programa Nacional de Cooperação Acadêmica, financiado pela CAPES, que estimula parcerias acadêmico-científicas entre pesquisadores e alunos de cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Os trabalhos aqui apresentados são de autores dos Grupos de Pesquisa de Programas de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará e da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGE/UFPel, PPGED/UFPA, PROPED/UERJ). Entre as metas do PROCAD, inclui-se a organização de publicações conjuntas, que o dossiê aqui apresentado está a oportunizar.

Como se pode supor, o que está em pauta, neste conjunto de textos, são questões que nos têm desafiado e que estão especialmente ambientadas nas muitas transformações que vemos acontecer no contexto sociocultural de nosso tempo e que trazem uma multiplicidade de novas demandas para o campo do currículo escolar e do trabalho docente. Pensar políticas educacionais, currículo e trabalho docente, neste momento, é estar diante de muitas indagações já tradicionais nesses campos, mas também é surpreender-se com novas e complexas questões que a nova ordem social traz para o campo da educação, da educação escolar, da educação pública e de seus agentes, professores e alunos. São problemas que advêm das relações entre o global e o local, que põem acento em novas estratégias para a democratização do

ensino, para a conquista de qualidade no ensino, que nos põem diante das diferenças culturais que se apresentam com características muito específicas neste tempo de intensa mobilização e trânsito entre fronteiras culturais. Novos acordos são alimentados em relação ao papel do Estado e das instituições públicas, em boa medida motivados por alianças internacionais em relação ao desenvolvimento da educação básica e dos processos de inclusão.

São, portanto, acontecimentos que fazem imbricar o novo e o tradicional; que põem em questão expectativas que fizeram parte de muitas agendas políticas; que apresentam novas e novíssimas situações que desafiam padrões estabelecidos. Os tempos são outros e são outros os/as adultos , os/as jovens e as crianças que frequentam nossas escolas.

É nesse contexto que se apresentam as relações entre políticas, currículo e cultura. Ou seja, o currículo precisa ser pensado não apenas como uma seleção cultural, mas entendido e estudado no interior das políticas de nosso tempo, da cultura ou das culturas que envolvem e significam o espaço educacional.

No conjunto de textos deste dossiê, vamos iniciar com a apresentação do trabalho produzido por Ana de Oliveira e Alice Casimiro Lopes, “A abordagem do ciclo de políticas: uma leitura pela teoria do discurso”, que problematiza as novas propostas acrescentadas à abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball e analisa as possibilidades abertas pela teoria do discurso, como apresentada nos trabalhos de Ernesto Laclau. Este, então, um primeiro momento de discussão teórica que traz no seu bojo questões que estarão sendo desenvolvidas em outros artigos que se seguem.

Na sequência, então, vamos trazer, primeiramente, trabalhos que estão mais diretamente ligados à discussão de políticas curriculares, se bem que, no conjunto dos textos, é bastante recorrente a presença do debate em torno dessas políticas ou daquilo que tem sido decorrente delas.

Será, então, apresentado a seguir o texto de Dulce Mari da Silva Voss, “O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos”, que analisa essa proposta do governo federal e as suas repercussões na produção de discursos de responsabilização e mobilização social e das práticas gerencialistas e performativas, que visam alcançar melhores resultados na educação básica.

O texto de Salomão Mufarrej Hage, “Educação, escola e políticas educacionais na perspectiva dos estudos culturais críticos: a produção do senso comum e as disputas pela hegemonia”, discute disputas observadas na produção de políticas educacionais e entre aquilo que se pode distinguir como o processo de definição do Plano Nacional de Educação e as disputas por hegemonia no campo da educação e no contexto dessa produção.

O artigo de Maria de Lourdes Rangel Tura e Maria Inês Marcondes, “O mito do fracasso escolar e o fracasso da aprovação automática”, analisa acontecimentos que marcaram o momento de organização da rede pública de Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro em Ciclos de Formação. Há que se ter em foco que os debates se fizeram, mais propriamente, em torno da questão da aprovação automática, como divulgado pela mídia e os vários meios de comunicação do município, em momento de muita movimentação política, posto que houve coincidência com a época da campanha para eleição do prefeito da cidade.

O próximo artigo – “Universidade Aberta do Brasil (UAB): (re)modelando o território da formação de professores”, de Mara Rejane Vieira Osório e Maria Manuela Alves Garcia, apresenta uma discussão sobre os discursos e as estratégias que tem constituído a Universidade Aberta do Brasil e a Educação a Distância no campo da formação de professores, entendidos como a expressão de uma nova racionalidade de governo na esfera educacional, que tem por fundamento discursos que prometem a modernização da formação, a massificação e a interiorização do ensino superior e a inclusão social e digital.

Ainda focando mais especificamente novas políticas no campo da educação, Nailê Pinto Iunes e Maria Cecília Lorea Leite discutem “A gestão democrática recontextualizada em experiências de democracia participativa”. Estão as autoras apresentando o resultado de uma pesquisa realizada em escolas públicas, os modos de produção dos Projetos Político-Pedagógicos e as formas de construção dessas experiências em termos de uma gestão democrática. Chamam, então, a atenção para o valor de algumas experiências no sentido da qualificação do trabalho docente e para a observação de um movimento contra-hegemônico na definição da gestão democrática nas escolas.

“Demandas raciais no Brasil e política curricular” é o texto de Cassandra Pontes e Elizabeth Macedo que analisam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Discutem, também, a formação da identidade afrodescendente e as estratégias de fixação identitária em formações históricas e culturais muito específicas. O texto tem por suporte teórico autores pós-coloniais como Bhabha e Hall.

Num bloco que reúne artigos que se detiveram mais na análise das relações entre as políticas curriculares e o trabalho docente, encontramos o texto de Andressa Aita Ivo e Álvaro Moreira Hypolito, intitulado “Currículo e Educação Profissional: uma proposta curricular para o PROEJA em análise”. Os autores estudam o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, tendo por base as concepções de professores sobre as propostas curriculares do Curso Técnico de Nível Médio em Vestuário, que se desenvolveu no modelo do currículo integrado, conforme a proposta do PROEJA.

Também o trabalho de Mauro Augusto Burkert Del Pino, Thaís Philipsen Grutzmann e Roberta de Carvalho Nobre Palau, “A educação a distância nas instituições federais de ensino: novas relações no processo de trabalho docente”, problematiza as transformações que vem sofrendo o processo de trabalho docente em programas de ensino

virtual. Tendo como fonte de dados o estudo de dois casos, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC Brasil), o artigo destaca a fragmentação, a intensificação e a flexibilização do trabalho docente nesses Programas a partir das novas formas de regulação entre capital e trabalho.

Nesse mesmo bloco, está apresentado o artigo “Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil: políticas públicas e o papel da escola”, de Genylton Odilon Rêgo da Rocha, Flávia Cristina Lemos e Flávio Corsini Lirio. No texto faz-se destaque para o crescimento da violência sexual infantil, que tem sido denunciada por instituições ligadas à infância e à adolescência, e para a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para esse problema e para a formação de profissionais que se dediquem a essa questão. Nesse sentido, chama a atenção para o pouco envolvimento das escolas no enfrentamento deste fenômeno.

Um artigo que discute muito diretamente o papel do professor na elaboração das políticas curriculares é o texto “Chegando à escola: agora sou eu e eles: o sentido de docência nas políticas curriculares em questão”, de Débora Barreiros e Rita de Cássia Prazeres Frangella, que observam, em sua pesquisa, a tensão entre o professor como produtor e implementador de currículo e se interrogam sobre a produção do sentido da docência na política curricular investigada.

Ivany Pinto discute em seu artigo “A pós-modernidade: uma escuta sobre a nova cultura da aprendizagem na escola” os novos papéis de professores, alunos e suas famílias na produção do conhecimento e na constituição de novos valores, representações e concepções sobre a educação, assim como sobre uma nova cultura de ensino-aprendizagem-trabalho, que incide fortemente sobre a escola e o trabalho docente.

Miriam Leite, em seu artigo “Estudante *zapping* e atuação docente: um estudo de caso”, faz análises que associam as características das novas gerações e seu impacto no trabalho docente. Tendo como material de análise as interações intra e intergeracionais realizadas em uma escola e em turmas de 8a. e 9a. séries, considera o problema da

dispersão da juventude nas salas de aula como característica de uma geração *zapping*, a ser enfrentada pelo coletivo escolar e pelo diálogo e negociação interculturais em ambiente escolar.

Os dois últimos artigos apresentados são de professores estrangeiros que, sem dúvida, têm sido inspiradores de nossos trabalhos no campo das políticas e do currículo. Esses trabalhos tratam também de questões que estão no centro das políticas e das práticas curriculares do tempo em que vivemos, abalando algumas de nossas certezas sobre esses temas.

Thomas Popkewitz, em seu texto “Cosmopolitismo, o cidadão e os processos de abjeção: os duplos gestos da pedagogia”, trata do que tem sido uma tradicional preocupação das políticas educacionais nos E.U.A. e no mundo: a produção cultural do cidadão dos novos tempos. Percorrendo uma argumentação que desnaturaliza algumas verdades e proposições caras ao humanismo moderno e às políticas educacionais contemporâneas, define o duplo gesto da pedagogia e da escolarização na produção das diferenças de oportunidades escolares e das desigualdades sociais.

Por último, o texto de Michael Young se debruça sobre noções que estão no centro dos estudos do campo do currículo: o conhecimento escolar e a organização disciplinar. Numa análise da reforma do Currículo Nacional, ocorrida na Inglaterra em 2008, apresenta o conhecimento e as disciplinas escolares como os principais recursos para o trabalho de alunos e professores e questiona a forma como estão sendo tratados esses dois constructos. Nesse contexto, questiona o que ficou assentado em termos de se distinguir que o currículo disciplinar, como realizado na escola, é o responsável pelas desigualdades de oportunidades escolares. Segundo o autor, essa questão precisa ser recolocada em outros termos.

Finalizando esta apresentação, não podemos deixar de registrar nossa alegria por termos reunido, sob os auspícios do PROCAD/ CAPES, um conjunto de trabalhos tão diverso e representativo da produção científica que anima professores e alunos em nossas Linhas e Grupos de

| Apresentação

Pesquisa. Que esta seleção seja inspiradora para outros projetos e estudos é o que desejamos.

Maria Manuela Alves Garcia
Maria de Lourdes Rangel Tura